

LIVRO DIDÁTICO E A LEI Nº 10.639/03: O QUE NOS REVELA ESSE MATERIAL PEDAGÓGICO?

DIDACTIC BOOK AND DECREE Nº 10.639/03: WHAT DOES THIS PEDAGOGICAL MATERIAL REVEAL TO US?

Andrêssa Glaucyara Silva Ramos ¹

Kássia Mota de Sousa ²

RESUMO

O presente artigo faz parte da monografia intitulada “A escola e a Lei Nº 10.639/03: o que nos dizem os documentos e materiais pedagógicos?”. No estudo, o livro didático é analisado a luz da Lei Nº 10.639 (2003), que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana e com base no edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2019, responsável pela seleção e avaliação das obras didáticas, tendo como objetivo identificar de que modo o referido material pedagógico contempla a Lei e demais aspectos referentes às questões etnicorraciais, tanto nos textos e exercícios propostos, como nas imagens e ilustrações que compõem a obra. A pesquisa é do tipo qualitativa e a metodologia utilizada foi a pesquisa documental. Os resultados apontam que no livro didático há elementos que contribuem para a perpetuação de estereótipos negativos atribuídos aos negros, visto que, em grande parte da obra, estes são apresentados no contexto da escravização.

Palavras-chave: Livro didático; PNLD; Lei Nº 10.639 (2003); Educação antirracista.

ABSTRACT

This article is part of the monograph entitled “The school and Decree Nº 10.639/03: what do documents and teaching materials tell us?”. In the study, the textbook is analyzed in the light of Decree Nº 10.639 (2003), which deals with the mandatory teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture and based on the notice of the National Book and Teaching Material Program (PNLD) 2019, responsible for the selection and evaluation of the didactic works, aiming to identify how the aforementioned pedagogical material contemplates the Law and other aspects related to ethnic-racial issues, both in the proposed texts and exercises, as well as in the images and illustrations that make up the work. The research is qualitative and the methodology used was documentary research. The results show that in the textbook there are elements that contribute to the perpetuation of negative stereotypes attributed to blacks, since, in most of the work, these are presented in the context of enslavement.

Keywords: Textbook; PNLD; Decree Nº 10.639 (2003); Anti-racist education.

1 Pós-graduada em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante – FAVENI; Graduanda do Curso de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; andressa.glaucy02@gmail.com;

2 Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Mestra e Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC; kassia.mota@professor.ufcg.edu.br.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte da monografia intitulada “A escola e a Lei Nº 10.639/03: o que nos dizem os documentos e materiais pedagógicos?”, defendida em novembro de 2019, no Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Nesse estudo, é realizada a análise do livro didático utilizado na turma do 2º ano do Ensino Fundamental, de uma escola pública municipal, situada na cidade de Bonito de Santa Fé – PB, tomando por base o edital PNLD 2019 e a Lei Nº 10.639 (2003). O edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é responsável pela seleção e avaliação das obras didáticas, já a Lei Nº 10.639 (2003) trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Desse modo, os livros didáticos devem ser elaborados de acordo com as recomendações do edital e contemplando os atos normativos que versam sobre os conteúdos do currículo, como é o caso da referida Lei.

Tal material foi escolhido devido a sua influência direta nas práticas pedagógicas, sendo este norteador do ensino. Ante o exposto, a pesquisa objetiva analisar o livro didático através dos atos normativos supracitados, compreendendo de que modo este material pedagógico contempla a Lei, as orientações contidas no edital e demais aspectos referentes às questões etnicorraciais, tanto nos textos e exercícios propostos, como nas imagens e ilustrações que compõem a obra.

Os resultados da pesquisa apontam que o livro didático aborda a temática de modo que contribui para a perpetuação de estereótipos negativos atribuído aos negros, visto que, em grande parte da obra, estes são estudados no contexto da escravização. Ante o exposto, o trabalho apresenta as orientações para produção do livro didático e, a partir da análise de determinada obra, expõe as fragilidades quanto ao processo de seleção e avaliação destes materiais.

METODOLOGIA

De acordo com Lüdke & André (1986), a análise documental pode contribuir para a descoberta de novos aspectos referente a um tema ou problema, sendo também

[...] uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (p. 39).

Desse modo, utilizando como metodologia de pesquisa a análise documental, tomando por base o texto do edital PNLD 2019 e a Lei Nº 10.639 (2003), o presente estudo aponta como os textos e figuras do livro didático contemplam o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, destacando os trechos da obra que tratam diretamente da temática.

Ao longo do texto, são abordados tópicos referentes à relevância do livro didático na sala de aula e como ocorre o processo de seleção e avaliação destes. Posteriormente, é aprofundada a análise integral do livro, apresentando a estrutura organizativa em capítulos, relatando os temas contemplados



em cada um desses e destacando os textos e imagens que tratam da temática da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana e do povo preto, analisando como são apresentados e se contemplam o que é estabelecido na Lei 10.639 (2003) e no edital PNLD 2019.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O livro didático é o principal material pedagógico utilizado para mediar o conhecimento, sem minimizar, evidentemente, a indispensável função de mediação do professor. Por apresentar uma sequência didática organizada e, no decorrer das páginas, incluir textos e imagens que otimizam o processo de ensino-aprendizagem, torna-se então um material indispensável em sala de aula.

O Decreto Nº 9.099, de 18 de julho de 2017, que versa sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), expõe em seu Art.1º que

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (Decreto Nº 9.099, 2017).

Dessa forma, é por meio do PNLD que as instituições escolares adquirem obras didáticas, pedagógicas, literárias e demais materiais pedagógicos que, até serem utilizados, passam por processos de avaliação, para que adequem-se aos padrões de qualidade exigidos, de modo que contemplem as demandas da educação.

Sendo comum aqueles que frequentam ou já frequentaram o ambiente escolar, o livro didático, adquirido por meio do PNLD, passa por um longo processo de produção, avaliação e escolha, até ser utilizado em sala de aula.

Dois anos antes da escolha do livro didático pela escola, é lançado o edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), responsável pela convocação dos editores para participarem da seleção dos livros destinados aos alunos e professores. Neste trabalho, foi analisado um dos livros didáticos utilizados por uma turma do 2º ano do Ensino Fundamental, sendo este de caráter interdisciplinar, abordando conteúdos da disciplina de Ciências, História e Geografia. A análise foi realizada com base no texto do edital do PNLD 2019, responsável pela seleção e avaliação das obras didáticas.

No tópico do edital PNLD 2019 que trata da avaliação das obras didáticas, foi especificado que esta seria feita com base na terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em abril de 2017 e homologada em 20 de dezembro de 2017. Assim, “A avaliação objetiva sobretudo garantir que os materiais contribuam [...] para o desenvolvimento das competências e habilidades envolvidas no processo de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental [...]” (Edital PNLD, 2017, p. 28). Em vista disso, os livros didáticos analisados foram elaborados com base na BNCC e, inclusive, no manual do professor, há páginas dedicadas a explanação do modo como o conteúdo de cada componente

curricular adequa-se às propostas da BNCC.

De acordo com o edital do PNLD 2019, as obras didáticas destinadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental possuem ciclo de quatro anos e podem ser do tipo Disciplinar, de modo que, para cada disciplina, haja um livro. Outro tipo sugerido é o Interdisciplinar, no qual a obra didática é composta por História e Geografia ou então Ciências, História e Geografia, sendo esta última a opção contemplada no livro didático analisado neste trabalho. O terceiro tipo de obra sugerida é nomeada Projetos Integradores, no qual o livro didático é composto por, no mínimo, duas disciplinas.

Ao tratar dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o edital PNLD 2019 faz alguns apontamentos, apresentando características e objetivos desta etapa, explicando que

Na perspectiva do ensino fundamental de nove anos, nacionalmente implementado desde 2010, os cinco anos iniciais são decisivos. Entre outros compromissos, nessa primeira fase, devem ser criadas as condições básicas necessárias para a permanência da criança na escola, sua progressão nos estudos e seu desenvolvimento pleno, nos seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Edital PNLD, 2017, p. 26).

Assim, refletir sobre a inserção da criança e, mais especificamente, da criança negra nesta etapa da educação básica, implica maior esforço para garantir seu desenvolvimento em diversos aspectos, devido a fatores como o racismo que, na maioria das vezes, de modo explícito ou velado, permeia o ambiente escolar, resultando em coerções, interferindo no seu processo de aprendizagem e, conseqüentemente, comprometendo sua permanência na escola e progressão nos estudos.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

O livro didático analisado faz parte da coleção *Aprender juntos: ciências, história e geografia*, com autoria de Silva *et al*, organizado pela editora Edições SM e publicado em 2017. O referido material é do tipo interdisciplinar, composto por conteúdos referentes às disciplinas de Ciências, História e Geografia. Dividido em doze capítulos e, ao abordar os temas, o material didático apresenta textos, imagens e exercícios.

A escolha justifica-se pelo fato de que a obra contempla em um só material pedagógico conteúdos que, de modo interdisciplinar, podem abordar os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira, conforme preconizado na Lei Nº 10.639 (2003).

A capa do livro didático é composta por uma ilustração, representando uma criança, do gênero masculino e pele branca, brincando com baldes, pedaços de madeira, uma gaveta e um pandeiro.

Figura 01: Capa do livro didático

FONTE: Silva *et al*, 2017.

Ao longo dos capítulos, o livro propõe aos educandos que realizem a leitura de imagens, façam trabalhos e atividades em duplas e em grupo, com pesquisas e produções, passeios e descrição de ambientes e, posteriormente, apresentem os resultados por meio de comunicação oral.

O capítulo 2, intitulado Conhecer as plantas, traz conteúdos referentes às necessidades das plantas, como são as plantas, a agricultura, a agricultura nos primeiros tempos do Brasil e plantas nativas ameaçadas de extinção.

No tópico A agricultura nos primeiros tempos do Brasil, o texto do livro didático trata da agricultura como meio de produção de alimentos e demais produtos, relatando que um dos principais produtos cultivados pelos portugueses no Brasil foi a cana-de-açúcar, sendo que a maior parte do trabalho na lavoura desse produto era feito por africanos e indígenas escravizados, que trabalhavam de 14 a 17 horas por dia, sob a vigilância do feitor.

Após o texto, o livro apresenta as seguintes imagens:

Figura 02: Colheita de cana-de-açúcar nos anos de 1881 e 2015



FONTE: Silva et al, 2017, p. 34.

A primeira imagem mostra pessoas negras escravizadas, na colheita da cana-de-açúcar, no ano de 1881. Na segunda, é retratado um homem na colheita da cana-de-açúcar, com foto referente ao ano de 2015. Após as imagens, é proposto que o educando compare os trabalhadores, apontando se há semelhanças e diferença entre estes e quais são. Ao final do enunciado, é solicitado que este converse com seus colegas sobre tais questões.

Diante do exposto, é perceptível que o texto do livro didático é breve, sintetizado em três parágrafos que não abordam e não problematizam o processo de escravização dos africanos. Faz referência a pessoas escravizadas, porém, não explicita sobre os responsáveis por esse regime de escravização. Assim, apenas com um texto breve e duas imagens, o livro não oferece subsídios para que a conversa por ele proposta seja voltada ao conhecimento do processo de escravização dos africanos, bem como os desdobramentos de toda a sua trajetória, desde o momento em que foram retirados forçosamente do território africano e foram trazidos para o Brasil, pelos portugueses.

Ainda no capítulo 2, na seção *Vamos ler imagens!* o livro traz um texto intitulado *Representação de uma plantação de café em 1835*. Neste, está escrito que o café foi um importante produto vendido pelo Brasil para outros países. Inicialmente, era cultivado no meio das matas, porém, após certo tempo, estas florestas foram derrubadas, dando espaço as fazendas e sendo cultivado lá.

Posteriormente, o texto solicita que o educando observe uma obra que retrata a colheita de café no Rio de Janeiro, explicando que, na época, quase todo o trabalho no Brasil era feito por pessoas escravizadas e, nas plantações de café, também era assim.

Figura 03: Plantação de café em 1835



FONTE: Silva et al, 2017, p. 36.

Após a imagem, é solicitado que o educando observe a imagem acima e responda o que ela representa, se o lugar é plano ou montanhoso, se a plantação localiza-se à beira-mar ou na mata, quem são os trabalhadores que aparecem nas fotos, como estão vestidos e quais ferramentas de trabalho foram retratadas.

O livro, embora cite a escravização em seu texto, não oferece informações suficientes para responder de modo adequado quem são os trabalhadores da foto. Ao observar o texto e o exercício proposto, nota-se a ausência de incentivo à criticidade, não contemplando, de fato, o que preconiza a Lei Nº 10.639 (2003). A abordagem superficial da escravização, aliada a ausência de incentivo a pesquisa sobre a escravização do negro no Brasil, acaba por ressaltar apenas o africano como escravizado, sendo utilizado como mão-de-obra, restringindo sua história a escravização e limitando sua contribuição à agricultura.

No capítulo 3, intitulado *Os animais no ambiente*, são abordados temas relacionados ao corpo dos animais, como se locomovem, como se reproduzem, animais domesticados, animais silvestres e animais ameaçados de extinção.

Neste capítulo, ao tratar da pecuária, o texto do livro explicita que esta prática é referente a criação de animais, com o objetivo de obter produtos como carne, lã, leite e couro. Dando continuidade ao assunto, na página seguinte, é apresentado um texto, contendo quatro parágrafos e, abaixo, uma imagem. O texto é intitulado *As primeiras fazendas de gado no Brasil*, no qual é apontado que os portugueses trouxeram os primeiros bois e vacas para o Brasil. Inicialmente, o gado foi criado nas fazendas do litoral, porém, como nesta área era cultivada a cana-de-açúcar, a criação de gado foi transferida para o sertão. Lá, a criação necessitava de uma quantidade pequena de trabalhadores, assim, o trabalho era feito por vaqueiros e alguns auxiliares, porém, trabalhadores livres e africanos escravizados também trabalhavam nessa criação. Após o texto, o livro traz a seguinte imagem:

Figura 04: Moenda de um engenho



FONTE: Silva et al, 2017, p. 48.

Após apresentar o texto e a imagem, o livro solicita que o educando observe a imagem e, em seguida, responda em quais atividades os bois são utilizados.

Neste capítulo, mais uma vez, o livro didático apresenta os africanos na condição de escravizados, dessa vez, no âmbito da criação de gados. Não há, no texto e na atividade proposta, um incentivo ao pensamento crítico, que leve o educando a refletir sobre o fato de seres humanos serem escravizados e reduzidos a mão-de-obra. Até este capítulo, há também a ausência de informações sobre os motivos da escravização, como ocorreu este processo e quais foram suas consequências para a vida dos escravizados, a curto e longo prazo.

O capítulo 8 é intitulado *As famílias brasileiras* e aborda conteúdos referentes às famílias de diferentes origens, reconhecendo os costumes das família e os costumes das famílias do passado.

No início do texto, é relatado que cada família tem sua história e seus costumes, conforme abordado no capítulo anterior. Neste, também é mencionado que as famílias brasileiras são formadas por pessoas pertencentes a diversos lugares do Brasil, bem como provenientes de outros países. Na página seguinte, é apresentado o seguinte texto:

[Famílias de diferentes origens]

Pessoas de diferentes lugares do mundo vieram morar no Brasil. Começaram a chegar em 1500, encontrando aqui os povos indígenas.

Primeiro, vieram os portugueses. Depois, os africanos foram trazidos à força para trabalhar. Séculos mais tarde, chegaram italianos, alemães, espanhóis, japoneses,

árabes e outros. Todos eles contribuíram para a formação das famílias brasileiras (Silva et al, 2017, p. 119).

O trecho acima, redigido em poucas palavras, deixa lacunas com relação a aspectos de composição da diversidade racial do País, escravização dos africanos e chegada de imigrantes. Aqui, há uma oscilação entre desmascaramento e omissão dos fatos que envolvem todo o histórico dos escravizados no Brasil, bem como os reais motivos das imigrações de outros povos.

O capítulo 9, intitulado *A vida no bairro*, aborda como é o bairro, os caminhos do dia a dia, o endereço, convivência e vizinhança, os serviços essenciais, problemas nos bairros, os cuidados com a saúde nos bairros e cuidando da água. Ao tratar dos serviços essenciais de um bairro, o texto destaca a necessidade de estes terem ruas asfaltadas e arborizadas, energia elétrica, rede de esgoto, água encanada etc.

No tópico intitulado *Serviços essenciais para todos*, é relatado que, há pouco mais de cem anos, na maioria dos bairros das cidades brasileiras, não havia energia e nem água encanada, assim, as ruas eram iluminadas por lampiões e a água era disponibilizada em chafarizes. Atualmente, estes serviços públicos são mantidos pela prefeitura, através do dinheiro arrecadado com os impostos. Após o texto, o livro apresenta as seguintes imagens:

Figura 05: Pessoas escravizadas carregando barris



FONTE: Silva et al, 2017, p. 139.

Figura 06: Acendedor de lampiões



FONTE: Silva et al, 2017, p. 139.

No texto, o livro apresenta a informação de que as ruas eram iluminadas por lampiões e, ao final, traz a imagem do acendedor de lampiões executando o seu trabalho. Porém, ao falar da água, o texto informa que esta era disponibilizada em fontes, conhecidas como chafarizes, mas, ao contrário do caso anterior, aqui o livro não apresenta a figura de um chafariz, mas sim de pessoas escravizadas, carregando barris com água, em condição de servidão.

Diante do exposto, o livro ressalta o negro em situação de escravização, sem, no entanto, problematizar tal condição, apresentando uma imagem que não condiz com o texto anterior a esta, ou seja, não contribui, de fato, para a compreensão do que está escrito. Assim como apresentou a imagem de um lampião, elemento que provavelmente não faz parte do cotidiano dos educandos poderia, de modo igual, apresentar a foto de um chafariz, visto que este também não é um item que aparece com frequência na atualidade e, principalmente, como local de coleta de água em um bairro.

No capítulo 10, intitulado *A história dos lugares*, estão inseridos conteúdos que abordam a história de um bairro, preservação do passado, as mudanças dos lugares, meios de transporte ontem e hoje e o extrativismo e a transformação nos lugares.

No tópico intitulado *Os lugares têm história*, é relatado que cada local tem sua história e o nome de um lugar pode estar associado à essa história. Assim, é abordado que

O nome de um lugar pode estar associado à história dele.

Há mais de duzentos anos, na praça principal de algumas vilas e cidades, havia uma coluna de madeira ou pedra chamada pelourinho. Nela, avisos eram afixados e trabalhadores escravizados eram castigados.

Em Salvador, na Bahia, o pelourinho deu origem a um bairro de mesmo nome (Silva et al, 2017, p. 147).

Posteriormente, são apresentadas duas fotos, contendo o antes e o depois do bairro Pelourinho, em Salvador, Bahia.

Figura 07: Bairro do Pelourinho, em Salvador, Bahia



FONTE: Silva et al, 2017, p. 147.

Diante disso, mais uma vez, o livro fala sobre trabalhadores escravizados, acrescentando que estes eram castigados, sem apresentar, no entanto, os reais motivos da tortura, deixando pendências sobre o assunto e podendo gerar uma interpretação errônea por parte do educando, visto que, geralmente, o castigo é direcionado a alguém que tenha cometido algum erro. Desse modo, o livro foge da abordagem dos reais desdobramentos da escravidão no Brasil.

No capítulo 11, intitulado *A escola é de todos* no tópico *As escolas nas comunidades quilombolas*, é citado que, durante muitos anos, africanos foram trazidos para o Brasil, para serem escravizados. Diante dessa situação, muitos conseguiram fugir, formando grupos e criando povoados, chamados quilombos. As pessoas que lá viviam eram chamadas de quilombolas. Neste local, viviam livres para formar famílias e viver de acordo com seus costumes. Os descendentes dessas comunidades são

denominados quilombolas ou remanescentes de quilombos. Nestas comunidades, há escolas onde as crianças aprendem os conteúdos comuns, bem como costumes e conhecimentos de seus antepassados.

Ao final do texto, há algumas perguntas, questionando se o educando faz parte de alguma comunidade de quilombos e, caso não, é solicitado que este pesquise sobre comunidades de remanescentes mais próximas, relatando o nome da comunidade e se nesta há escola. Um ponto a ser ressaltado neste tópico é o fato de o livro incentivar o educando a pesquisar mais sobre comunidades remanescentes de quilombos. Entretanto, há também um ponto negativo: há uma explanação sintetizada e incompleta, a qual só é apresentada no penúltimo capítulo do livro e, por mais que aborde um pouco da história, não é capaz de contemplá-la por completo, bem como nos capítulos anteriores. Aqui, é pertinente observar que a ordem utilizada pelo livro para ordenação dos conteúdos é estratégica, visto que, ao final do ano, no dia 20 de novembro, é comemorado o Dia da Consciência Negra.

No tópico *A importância dos antepassados*, é explanado que homens e mulheres quilombolas transmitem para os mais novos suas práticas religiosas, danças, cantos e modo de viver, havendo na comunidade a valorização do conhecimento dos mais velhos. Neste tópico, a seguinte foto merece destaque:

Figura 08: Remanescentes de quilombos da cidade de Pombal – PB



FONTE: Silva et al, 2017, p. 165.

Levando em consideração a distância de apenas 162 km entre as cidades de Bonito de Santa Fé - PB e Pombal - PB, essa imagem faz-se relevante pelo fato de informar aos educandos que há remanescentes de quilombos em uma cidade próxima a deles, o que contribui para a ampliação dos conhecimentos sobre a história dos grupos e territórios que os cercam.

De acordo como edital PNLD 2019, seria excluída da seleção, a obra didática que, entre outros critérios, promovesse “[...] postura negativa em relação a imagem de afrodescendentes e dos povos do campo, desconsiderando sua participação e protagonismo em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder.” (Edital PNLD, 2017, p. 31). Ante o exposto, é perceptível que o livro infringe, em alguns capítulos, um dos critérios exigidos no edital e que, segundo este, o não cumprimento causaria exclusão da obra.

No que diz respeito às ilustrações, o material didático cumpre o que está estabelecido no edital ao “Retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país.” (Edital PNLD, 2017, p. 33). Porém, no decorrer dos capítulos, embora apresente ilustrações de crianças negras em situações que não são degradantes e mostre pessoas negras exercendo profissões como médico e professor, nos tópicos que abordam, de fato, a história da escravização do negro no Brasil, o livro deixa algumas lacunas, tanto no conteúdo dos textos, como nas imagens, que ressaltam o negro em situação de escravização nas atividades de agricultura e pecuária, divergindo do ponto do edital que estabelece que este material didático deve

Promover positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, não restringindo o seu estudo ao início da ocupação do território brasileiro ou a exemplos de agricultura tropical produzida com mão-de-obra escrava (Edital PNLD, 2017, p. 34).

Ao contrário do que está estabelecido no edital, o livro restringe seu estudo a atuação dos negros escravizados na agricultura e pecuária, abordando apenas no penúltimo capítulo, a criação dos quilombos, excluindo dos conteúdos da obra a contribuição dos afrodescendentes em áreas como a engenharia e a medicina, por exemplo. De modo geral, o protagonismo do negro na história resume-se, no material pedagógico analisado acima, a mão-de-obra escravizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, bem como a sociedade, acolhe sujeitos oriundos de diversos locais, com diversas culturas, saberes e histórias que jamais serão homogêneos, portanto, há uma diversidade que deve ser contemplada. Dezoito anos após a promulgação da Lei Nº 10.639 (2003), é perceptível que ainda falta muito para esta ser efetivada nos materiais pedagógicos.

O descompasso existente entre os atos normativos e materiais pedagógicos evidencia a omissão da escola em relação a oferta de uma educação que leve em consideração a diversidade racial existente no País. Há, nos textos e imagens do livro didático, elementos que contribuem para que continue havendo a perpetuação de estereótipos negativos atribuído aos negros, visto que, em grande parte da obra didática, estes são estudados no contexto da escravização.

Oficialmente, o edital PNLD 2019 exige a elaboração de materiais didáticos que contemplem a Lei, porém, no processo de seleção, aprova materiais pedagógicos que burlam determinados pontos considerados indispensáveis para a aprovação de uma obra. Há, desse modo, uma continuidade das falhas, que agora recebem alguns ajustes, porém, após a análise, percebe-se que é “mais do mesmo”.

Permanecem contando a história do negro com ênfase na escravização, reservando para estes as páginas que tratam da agricultura e pecuária e, quando foge disso, é contada uma síntese de sua história, associada apenas aos quilombos. Não que esta última abordagem não seja importante, porém, sem dúvidas, é incompleta.

Ao final, nota-se que o histórico de invisibilização do povo negro ainda persiste. Quando o conteúdo é contemplado, não é de forma justa, condizente com o que de fato aconteceu. A história,

como realmente ocorreu, continua sendo suprimida e os esforços para mudar tal situação continuam sendo insuficientes e incoerentes.

Para conseguir implementar uma educação antirracista, a escola precisa, inicialmente, conscientizar-se da sua função como instituição de partilhar o saber sistematizado, cujo o qual é construído coletivamente, tomando por base também a história e saberes de diferentes grupos que, assim como os que são colocados em ascensão, merecem ser valorizados nas narrativas que contam sua história e a do próprio Brasil.

REFERÊNCIAS

Decreto Nº 9.099, de 18 de jul. de 2017. (2017). *Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático*. Acesso em 17 de outubro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm.

Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro e do material didático - PNLD 2019. (2017). Secretaria da Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Acesso em 12 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/165-editais?download=11304:edital-pnld-2019-consolidado>.

Gatti, B. A (2010). *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Liber livro Editora.

Lei 10.639, de 09 de Janeiro de 2003. (2003). Acesso em 02 de setembro de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm.

Lüdke, M & André, M.E.D.A (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

Silva, L.L et al (2017). *Aprender juntos: ciências, história e geografia* (2. ed.). São Paulo: Edições SM.